

A imprensa colonial e a oposição ao Estado Novo de Salazar em Moçambique. O caso do jornal *Notícias*, de Lourenço Marques (Maputo), 1926-1974

Fernando Tavares Pimenta¹

Introdução

Este estudo coloca em perspectiva o posicionamento da imprensa da colônia portuguesa de Moçambique durante o Estado Novo a partir da análise do caso representado pelo jornal *Notícias*, editado na cidade de Lourenço Marques, atualmente Maputo, entre 1926 e 1974. Esse importante periódico moçambicano, porventura o mais relevante da colônia, pela sua história, dimensão e qualidade editorial, refletia o elevado cosmopolitismo da capital moçambicana. De fato, Lourenço Marques era sem dúvida uma das urbes mais modernas e vibrantes de toda a África Austral. Profundamente influenciada pelo mundo colonial anglo-saxônico, em especial pela União Sul-Africana, Lourenço Marques apresentava características urbanas únicas no panorama do Império Português, o que se refletia na sua imprensa, que circulava em várias línguas, nomeadamente em português e em inglês. Nesse quadro, *Notícias* assumiu o papel de principal órgão de informação em língua portuguesa, afirmando-se como o maior título de imprensa diária do território moçambicano.

Por outro lado, o jornal *Notícias* foi também um instrumento privilegiado de difusão da propaganda política, tanto da parte do Estado Novo como da chamada oposição democrática, em especial após 1945, tendo assumido um papel muito significativo na formação da opinião pública em Moçambique, nomeadamente entre os colonos brancos. Tal como iremos demonstrar, apesar da existência de fortes condicionamentos à liberdade de imprensa, desde logo representados pela censura, o jornal *Notícias* esteve longe de ser controlado de forma permanente e eficaz pela ditadura de António Oliveira Salazar. Pelo contrário, o *Notícias* foi amiúde o porta-voz dos interesses, das denúncias e das aspirações da oposição democrática em Moçambique, particularmente durante os períodos eleitorais posteriores à Segunda Guerra Mundial.

¹ Professor Auxiliar da Universidade Aberta e Investigador Integrado do Instituto de História Contemporânea da Universidade NOVA de Lisboa. O IHC é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos UIDB/04209/2020 e UIDP/04209/2020. Email: fernandopimenta_2000@yahoo.com

Contudo, antes de passarmos à análise propriamente dita do posicionamento político do *Notícias*, importa tecer algumas breves considerações sobre o contexto urbano de Lourenço Marques e sobre a história da imprensa em Moçambique.

1 - O contexto urbano de Lourenço Marques (Maputo)

A cidade de Lourenço Marques, atualmente denominada de Maputo, teve origem num presídio construído pelos portugueses na Baía de Lagoa, no Sul do atual estado moçambicano, em 1782. Mas já antes dessa data portugueses, holandeses e europeus de outras nacionalidades ali comerciavam com as populações africanas autóctones, sem, contudo, estabelecer raízes profundas. De resto, a designação colonial da urbe deve-se ao navegador quinhentista português Lourenço Marques, que efetuou o reconhecimento da baía em 1544. Dito isso, a consolidação da presença portuguesa só aconteceu no século XIX, com o avanço da ocupação colonial e a conquista e submissão das entidades estatais africanas, nomeadamente do Império Vátua (TELO, 1991).

Em 1841 o pequeno povoado era constituído por apenas 19 casas e 27 palhotas, mas em 1866 já contava com 1.094 habitantes, sendo alguns europeus (portugueses), outros indianos e outros “mouros”, para além de muitos africanos negros. O desenvolvimento urbano acentuou-se após 1870, quando Lourenço Marques se tornou um ponto estratégico nas ligações da República do Transval – fundada pelos bôeres no interior do território da atual África do Sul – ao Oceano Índico. Com efeito, Lourenço Marques tornou-se rapidamente o “porto do Transval”, cujo desenvolvimento acelerou-se depois da descoberta de ouro (1873), distando apenas 80 quilômetros da fronteira sul-africana (Ressano Garcia). Em 1874 foi realizado o primeiro contrato para a construção de uma linha férrea de Lourenço Marques até o Transval; e a partir de 1875 os navios da companhia *British India* passaram a escalar obrigatoriamente no porto de Lourenço Marques. Nesse sentido, Lourenço Marques constituiu desde cedo a principal porta de entrada para Joanesburgo, pelo que sofreu – e se beneficiou – sempre duma forte influência sul-africana, tanto bôer (africânder) como britânica (MENDES, 1985; NEVES, 2001, p. 469-584).

Em 1876, a povoação foi elevada à condição de vila. Dez anos depois teve efetivamente início a construção do caminho de ferro, cujos primeiros 80 quilômetros foram inaugurados em 1887 (LIMA, 1971). Nesse mesmo ano, Lourenço Marques foi elevada

à condição de cidade. Residiam então no povoado cerca de 1.413 habitantes não africanos, sobretudo portugueses, mas também outros europeus, não sendo conhecido o número exato de moradores negros. Foi então elaborado o primeiro plano de urbanização da cidade, de autoria de uma missão das Obras Públicas chefiada pelo engenheiro Joaquim José Machado. O plano de urbanização determinou a edificação de uma cidade moderna, de tipo europeu, com bons arruamentos, praças e avenidas, rotundas e jardins. Uma cidade pensada quase de raiz, se excetuarmos o seu núcleo original, e que rapidamente se tornou uma das mais icônicas urbes do espaço ultramarino português.

De alguma forma, podemos dizer que Lourenço Marques “nasceu” moderna e cosmopolita, sendo a influência britânica visível no tipo de construção, por vezes ao estilo vitoriano. Já no século XX, a cidade recebeu contributos de vários estilos arquitetônicos, sendo palco dos trabalhos de numerosos arquitetos afamados, obedecendo o seu crescimento a planos de urbanização bem definidos e devidamente estudados. Para além de moderna e funcional, Lourenço Marques era acima de tudo uma cidade bela. Porém, nas periferias cresceram alguns bairros pobres, habitados sobretudo por africanos negros, o chamado “caniço”. Havia assim um forte contraste entre a dita “cidade de cimento”, de matriz europeia, ainda que habitada por diferentes grupos étnicos, entre os quais alguns negros, e as periferias pobres, com construções muitas das vezes periclitantes e insalubres, habitadas pelos estratos mais desfavorecidos da população africana (LOBATO, 1970; MENDES, 1985, p. 79-92).

No entanto, Lourenço Marques cresceu em estatuto e em população. Em 1898 a cidade passou a ser de fato a capital da colônia portuguesa da África Oriental, tornando-se sede do Governo Geral de Moçambique. Essa situação foi *a posteriori* confirmada por decreto-lei do Ministro da Marinha e do Ultramar, Aires de Ornelas e Vasconcelos, em 1907. Em termos demográficos, o incremento foi contínuo. Em 1898 a urbe contava com 2.401 habitantes, dos quais 34,4% eram estrangeiros (britânicos, franceses, gregos, italianos, alemães, holandeses, suíços, espanhóis, suecos, austríacos, belgas, dinamarqueses, russos, australianos, brasileiros, norte-americanos, árabes). Os indianos representavam 23,1% do conjunto da população urbana e os negros, 10,8%. Em 1920 Lourenço Marques tinha 20.642 moradores, sendo 8.304 brancos, 1.450 indo-portugueses, 1.164 indo-britânicos, 270 chineses, 1.093 mestiços e 8.352 negros. Em 1940 o número total de residentes

ascendia a 50.800, dos quais 29,3% eram brancos. Em 1950 a urbe atingiu os 93.265 habitantes, dos quais 23.439 eram brancos.

O ritmo de crescimento acelerou-se ainda mais a partir de 1960, passando de 178.565 moradores, nesse ano, para 383.775, em 1970 (MENDES, 1985, p. 80-100). Lourenço Marques era então a segunda maior cidade do Ultramar Português, sendo apenas superada por Luanda (Angola). A maioria da população era negra, mas a “cidade de cimento” continuava a ser predominantemente habitada por brancos (de diferentes nacionalidades), indianos, chineses e mestiços (CAHEN, 1989; ZAMPARONI, 2000, p. 191-222). Uma significativa comunidade judaica floresceu igualmente desde finais do século XIX. Nesse sentido, Lourenço Marques apresentava um cunho fortemente internacional, sendo que a proximidade com a União Sul-Africana contribuía decisivamente para o seu cosmopolitismo (NEWITT, 1995).

A cidade tinha uma estrutura social bastante diversificada, reflexo de uma economia em larga medida terciária, ligada às atividades administrativas, comerciais, portuárias e ferroviárias. O turismo também tinha algum peso, sobretudo o de origem sul-africana. A hierarquização social era determinada por um misto de fatores, nomeadamente a classe, a pertença racial, a nacionalidade, a naturalidade e a filiação religiosa. Essa diversificação refletia-se também numa certa segmentação da sociedade laurentina, visível na constituição de múltiplas associações de defesa, de iniciativa e de recreio, que tinham por finalidade preservar – ou construir – as identidades culturais dos vários segmentos da população. Como tal, as grandes macrocategorias – brancos, mestiços, indianos, negros etc. – estavam na verdade divididas em grupos menores, cada um com sua própria identidade e suas formas de associativismo. A minoria indiana era a que estava mais dividida, mas os colonos brancos também não constituíam um grupo homogêneo (PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE, s/d., p. 28-31 e 485-490; PIMENTA, 2019a, p. 133-153).

Por outro lado, a cidade se beneficiava com o fato de ser a capital da colônia e a sede do poder administrativo, tendo um conjunto de infraestruturas e de serviços que escasseavam noutros pontos do território. No final do período colonial, Lourenço Marques dispunha, para além do porto e dos caminhos de ferro, de um aeroporto e de boas ligações rodoviárias com as áreas vizinhas, hospital e outros serviços sanitários, tribunais, correios, bancos, escolas de ensino básico, técnico e secundário, universidade, bibliotecas, museu e arquivo, teatro, cinemas, rádio e outros

equipamentos culturais, bem como diversos espaços de lazer e de espetáculo. A cidade possuía uma vida associativa, cultural e artística porventura única no panorama colonial português, beneficiando-se da presença de numerosos artistas e intelectuais, portugueses e estrangeiros. Claramente, a imprensa refletia essa mesma pujança intelectual e associativa, sendo publicados vários títulos de jornais, entre os quais o periódico mais importante de toda a colônia, o jornal *Notícias* (MENDES, 1985).

2 - Breve panorama da história da imprensa moçambicana antes da criação do jornal *Notícias* em 1926²

A imprensa moçambicana teve um nascimento tardio, iniciando-se com a introdução da tipografia no território em 1854. Foi então criada a Imprensa Nacional, com sede na cidade de Moçambique, no Norte da colônia portuguesa. Em 13 de maio de 1854 foi publicada a primeira obra impressa em território moçambicano, o número 1 do *Boletim do Governo de Moçambique*, que serviu também de jornal e de fonte informativa para a então pequena colônia portuguesa. Cinco anos depois, foi editada a primeira publicação não oficial no território moçambicano, a saber, o *Almanaque Civil Eclesiástico Histórico-Administrativo da província de Moçambique*. Em 1868 foi publicado o primeiro jornal não oficial de Moçambique, intitulado *O Progresso - Hebdomadário religioso, instrutivo, comercial e agrícola*. Seguiram-se outros, editados fundamentalmente no Norte da colônia, em especial nas cidades de Moçambique e de Quelimane. Tratava-se de pequenos jornais, com tiragens reduzidas e periodicidade irregular, muitas das vezes só com um ou dois números publicados (ROCHA, 2000, p. 23 e 31).

Em 1888 foi publicado o primeiro título de imprensa em Lourenço Marques, o semanário *Distrito de Lourenço Marques*. Mas foi só em 1894 que foi publicado o primeiro jornal noticioso da cidade (e da colônia), o semanário bilingue (português e inglês) *O Futuro de Lourenço Marques*. Editado por um judeu de origem britânica, Leon Cohen, esse jornal distribuía um boletim com informação telegráfica proveniente de Londres, do Cabo e de Joanesburgo. Por sua vez, o seu bilinguismo, recorrente na imprensa moçambicana, denunciava a forte ligação de Moçambique com os territórios do Império britânico, nomeadamente com a futura União Sul-Africana. O jornal *The Lourenço Marques Guardian*, fundado em 1905, foi porventura

² Esse ponto é largamente devedor do trabalho de Ilídio Rocha, cujo livro "A imprensa de Moçambique" constitui a principal obra de referência sobre o tema.

o mais significativo e longo exemplo dessa imprensa bilingue em Moçambique, mantendo-se como tal até 1951. Inicialmente foi bissemanário, passando a diário a partir de fevereiro de 1935. Em 1952 foi vendido à arquidiocese de Lourenço Marques, tendo mudado o nome para *Guardian* (1952-1954), depois para *Diário de Lourenço Marques Guardian* (1954), *Diário de Lourenço Marques* (1955) e, enfim, apenas *Diário* (1955-1974) (ROCHA, 2000, p. 61-62, 77, 282-283 e 306).

Paralelamente, mercê do seu rápido desenvolvimento urbano, Lourenço Marques foi palco de uma verdadeira “explosão” da imprensa periódica nas primeiras décadas do século XX. Jornais noticiosos e humoristas, mas também politicamente orientados ou de defesa dos interesses de classe. De fato, a imprensa tornou-se num instrumento privilegiado de difusão de propaganda política e de formação da opinião pública em Moçambique, nomeadamente entre as minorias branca, indiana, mestiça e negra assimilada. O movimento republicano, suportado pela maçonaria, patrocinou os seus próprios jornais, entre os quais os periódicos *Vida Nova - Semanário Republicano*, publicado entre 1907 e 1910, *O Incondicional* (1910-1919) e o *Jornal do Comércio* (1913-1930) (ROCHA, 1985).

A imprensa operária, ligada aos meios ferroviários, portuários, metalúrgicos, aos empregados do comércio e aos tipógrafos, foi também muito relevante, destacando-se nesse âmbito os periódicos *Os Simples* (1911-1913), *Germinal* (1914-1918) e o *Emancipador* (1919-1937). Imbuídos de ideais de esquerda, socialistas e outros, esses jornais distinguiram-se na defesa dos trabalhadores, sobretudo brancos, mestiços e negros assimilados, mantendo-se, porém, algo alheados dos problemas que recaíam sobre a maioria da população negra indígena (CAPELA, 1981, p. 55-84; PENVENNE, 1995, p. 82-87; ROCHA, 2000, p. 123-131; NEVES, 2001).

Paralelamente, importa referir que a imprensa refletia, pelo menos em parte, as diferenças de ordem racial ou étnica existentes ao nível da população de Lourenço Marques (ZAMPARONI, 2000, p. 194). Por exemplo, o jornal *O Oriente* (1919-1927), fundado pelo goês Luís Vicente Alvares, esteve durante muito tempo ligado à comunidade luso-indiana de Moçambique. Sucedeu-lhe *O Oriente D'África* (1932-1933) e depois, novamente, *O Oriente* (1933-1964). Em 1948, porém, o jornal foi entregue, por ordem do Governador-Geral, à Arquidiocese de Lourenço Marques, perdendo essa ligação com a minoria goesa. Ao mesmo tempo, os estratos

médios mestiços e negros assimilados tinham o seu próprio órgão de imprensa, o semanário *O Africano*, que se publicou entre 1909 e 1920, tendo como figuras de proa João e José Albasini. Escrito em português, esse periódico tinha uma pequena seção numa língua local, o ronga³, mas o seu público-alvo não era a maioria indígena, que aliás era analfabeta, mas sim a população africana alfabetizada, perfeitamente integrada na sociedade colonial moçambicana. Posteriormente, os irmãos Albasini fundaram o semanário *O Brado Africano*, editado pelo Grémio Africano, entre 1918 e 1932. Sucedeu-lhe, durante dois meses, *Clamor Africano* e depois, novamente, *O Brado Africano* (1933-1974) (ROCHA, 2000, p. 90-94, 268-269, 274, 337-338; PENVENNE, 1996, p. 419-464).

Nesse sentido, em 1925, nas vésperas da instalação da Ditadura Militar em Portugal (28 de maio de 1926), publicavam-se em Moçambique 55 títulos de imprensa, grande parte deles em Lourenço Marques, que, para além de ser a capital administrativa, era, de longe, o mais cosmopolita dos centros urbanos moçambicanos. Seguiam-na cidades como a Beira, Inhambane, Quelimane e até mesmo a velha cidade de Moçambique, que mantinham os seus próprios órgãos de imprensa, ainda que em número mais reduzido e sem o mesmo impacto dos jornais da capital.

Mas esse panorama de grande riqueza e vivacidade jornalística alterou-se rapidamente com a aprovação pela ditadura de uma nova lei da imprensa para as colônias, em setembro de 1926, e sua publicação, em outubro do mesmo ano, em Moçambique. Promulgada pelo Ministro das Colônias, João Belo, essa nova lei da imprensa estabelecia aos jornais a obrigatoriedade de possuírem um diretor habilitado com diploma de ensino superior, não podendo em caso algum ser funcionário público, devendo igualmente ser cidadão português no uso dos seus direitos e livre de culpa. Tratava-se de um requisito que afastava a maior parte dos editores então em função, pois o número de licenciados na colônia era reduzido, e os que existiam eram na sua maioria funcionários da administração colonial. Sobravam apenas alguns farmacêuticos, médicos e advogados, que não exerciam a sua profissão no seio das estruturas do Estado colonial (ROCHA, 2000, p. 142-143).

Os protestos da imprensa moçambicana contra a nova lei foram em vão, resultando, aliás, na deportação de alguns jornalistas por parte das autoridades coloniais. E, sem enquadramento legal para continuar a publicar, muitos jornais encerraram portas. Em

³ O Ronga era uma língua minoritária em Moçambique, sendo falada por setores reduzidos da população negra do Sul de Moçambique.

1927, o número de publicações periódicas tinha baixado para 42, menos 13 do que dois anos antes. Para além disso, a consolidação da Ditadura Militar e sua posterior transformação no regime de ditadura civil de António Oliveira Salazar, o chamado Estado Novo, encerrou definitivamente o ciclo da imprensa livre em Moçambique, impondo a censura prévia à imprensa. Uma situação que se manteve até 25 de abril de 1974 (para uma perspectiva geral da censura no Estado Novo, veja: COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O FASCISMO, 1980; AZEVEDO, 1999).

No entanto, importa assinalar que, pela sua proximidade geográfica e fortes ligações económicas, culturais e até políticas com a União Sul-Africana, a imprensa moçambicana gozou sempre de uma maior “liberdade” relativamente à restante imprensa da África Portuguesa. Isso porque a imprensa sul-africana circulava nas principais cidades de Moçambique, o que constituía um estímulo a uma maior autonomia por parte do jornalismo moçambicano, fosse ele em português, fosse ele em inglês. Para além disso, as autoridades portuguesas percebiam a inutilidade de um controle apertado da imprensa local, uma vez que a mesma informação tida por “subversiva” podia circular através da imprensa sul-africana.

3 - Manuel Simões Vaz e a criação do jornal *Notícias*

O *Notícias* foi criado nos “últimos dias de vida” da Primeira República Portuguesa, mais precisamente em 15 de abril de 1926, na qualidade de jornal diário, matutino, daí seu nome completo: *Notícias - Diário da Manhã*. Foi desde o seu início um projeto jornalístico ambicioso, pois a aposta na criação de um jornal diário representava um sério risco financeiro numa cidade que ainda não tinha atingido os 30 mil habitantes, grande parte deles analfabeta ou com pouca literacia⁴. Propriedade de uma empresa cujos sócios principais foram inicialmente Eduardo Saldanha, advogado e proprietário, Paulino dos Santos Gil, industrial, e José Joaquim de Moraes, comerciante, o *Notícias* teve como grande figura o Capitão Manuel Simões Vaz, diretor e, mais tarde, seu único proprietário, em virtude da saída dos restantes acionistas. Manuel Simões Vaz imprimiu um cunho muito pessoal à respectiva linha editorial, de forma que a história do *Notícias* é indissociável do percurso de vida do seu fundador e proprietário, pelo menos até a década de 1960 (ROCHA, 2000, p. 138-139).

⁴ Note-se que o *Lourenço Marques Guardian* só passou a diário em 1935.

Homem da direita republicana e destacado *maçom*, Manuel Simões Vaz desempenhou várias funções na administração colonial de Moçambique, tendo sido, por exemplo, vogal do Conselho do Governo e, mais tarde, vogal do Conselho Legislativo. Foi igualmente Presidente da Câmara de Comércio e vogal do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro de Moçambique. Apoiante do General Óscar Fragoso Carmona, mas não necessariamente de Salazar, Manuel Simões Vaz fazia a ponte entre o regime e os setores moderados da oposição. Nunca integrou o grupo da oposição democrática, mas convivia e era amigo de muitos dos seus líderes, dando-lhes inclusivamente espaço no seu jornal para exporem as suas ideias. E, em 1945, liderou os festejos pela vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Por várias vezes criticou por escrito as ineficiências da administração colonial, denunciando erros e apontando possíveis soluções para os problemas de Moçambique.

Enquanto “velho colono”, Manuel Simões Vaz considerava que a minoria branca constituía o cerne da colônia e o motor do seu desenvolvimento econômico, social e cultural. Na sua perspectiva, os colonos eram os principais construtores da colônia, senão mesmo a colônia em si, entendida no sentido original – e essencial – do termo, pelo que defendeu o progresso da colonização portuguesa. Lutou assim pela defesa dos interesses dos colonos brancos, usando para o efeito o jornal *Notícias*. Na década de 1960, ao fim de meio século de permanência em Moçambique, Manuel Simões Vaz retirou-se para a metrópole por motivos de doença, vindo a falecer pouco depois. Seguiu-se então um processo de “estatização” do *Notícias*, que ficou concluído em 1967, quando o Banco Nacional Ultramarino se tornou o seu principal acionista (ROCHA, 2000, p. 208-211)⁵.

Nesse sentido, durante a maior parte do período em foco, *Notícias* assumiu-se como o porta-voz das aspirações e dos interesses dos colonos brancos em Moçambique, mantendo-se em linha com o pensamento do seu proprietário, Manuel Simões Vaz. Claramente, a censura procurou de alguma forma interferir na linha editorial do jornal, contendo as manifestações mais críticas em relação à administração colonial. E períodos houve em que

⁵ Após o 25 de Abril de 1975, *Notícias* procurou inicialmente manter uma posição equidistante em relação às várias tendências políticas em confronto, aproveitando o restabelecimento da liberdade de imprensa. Contudo, o grupo dos Democratas de Moçambique assumiu progressivamente o controle político desse jornal, convertendo-o num veículo de difusão da propaganda da Frelimo.

conseguiu esse objetivo, ainda que só parcialmente. Contudo, importa assinalar uma maior brandura da ação da censura nos primeiros anos após 1945, ainda que com um claro agravamento a partir de 1949. E, em todo o caso, os períodos eleitorais (eleições para a Assembleia Nacional, de quatro em quatro anos, e para a Presidência da República, de sete em sete anos) constituíam momentos de algum relaxamento do aparelho censório. Para além disso, enquanto Manuel Simões Vaz foi diretor, o jornal nunca perdeu por completo a sua autonomia nem o seu sentido crítico⁶.

Por outro lado, desde os primeiros meses da sua existência, *Notícias* procurou assegurar uma cobertura jornalística não só dos assuntos relativos à cidade de Lourenço Marques, mas também à colônia e à metrópole, assumindo-se rapidamente como o principal órgão de informação de Moçambique. Assim, os mais importantes acontecimentos de índole nacional e internacional eram noticiados pelo jornal, o que lhe deu destaque em relação à maioria dos outros periódicos moçambicanos. De resto, o fato de ser um diário dava-lhe também alguma vantagem, pois conseguia reportar a informação em tempos relativamente breves, pelo menos quando comparado com os semanários. Por exemplo, o golpe militar de 28 de maio de 1926, que colocou um ponto final na Primeira República Portuguesa, inaugurando a fase da Ditadura Militar, foi noticiado com minúcia logo no dia 30 de maio, ou seja, apenas dois dias depois do início do levantamento militar. O golpe foi, aliás, tema de uma edição especial, editada à tarde, que vendeu 900 exemplares, um número muito significativo para a época (ROCHA, 2000, p. 138-139).

Por outro lado, o posicionamento do *Notícias* em face da Ditadura Militar, primeiro, e do Estado Novo, depois, foi pautado pelo pragmatismo, pelo menos até a década de 1940. Nesse sentido, o *Notícias* não integrou o protesto coletivo da imprensa laurentina contra a já referida lei da imprensa promulgada pelo Ministro João Belo, em 1926, e posteriormente evitou hostilizar diretamente Salazar, tratando-o muitas das vezes de forma reverencial, ou pelo menos cerimoniosa.

Mas o *Notícias* manteve, simultaneamente, uma forte relação com os meios democráticos da oposição ao Estado Novo em Moçambique. Essa relação foi particularmente significativa a partir de 1945, quando, aproveitando a abertura política do regime salazarista na sequência da derrota dos fascismos na Segunda

⁶ Para uma perspectiva diferente da nossa, que tende a sublinhar o alinhamento precoce do *Notícias* com o regime, veja: FONSECA, 2014, p. 242-253.

Guerra Mundial, os democratas se organizaram politicamente na colônia para concorrer às eleições para a Assembleia Nacional e, mais tarde, para a Presidência da República. Entre 1945 e 1949, a oposição democrática conseguiu atuar em termos políticos sem sofrer graves retorsões por parte do regime salazarista. Essa situação alterou-se substancialmente em 1949, quando vários democratas foram presos e deportados pelo Estado Novo.

Contudo, a partir do segundo lustro de 1950, sobretudo após 1958, a oposição democrática reorganizou-se na colônia em torno de um núcleo duro de advogados e outros profissionais liberais com um estatuto bem firmado na sociedade colonial. Essa oposição demonstrou a sua força nas eleições presidenciais de 1958, mantendo-se politicamente ativa até a queda da ditadura, em 1974. O *Notícias* revelou-se um instrumento – senão um “parceiro” – crucial da estratégia de propaganda política dos democratas nas eleições de 1958. Não podendo pura e simplesmente silenciá-lo e não sendo a censura suficientemente inteligente e incisiva para o controlar, o Estado Novo procurou “domesticar” o *Notícias* por via da sua gradual estatização, o que veio efetivamente a acontecer alguns anos mais tarde, na década de 1960. É precisamente a relação de “proximidade política” desse periódico com a oposição democrática, entre 1945 e 1958, e o subsequente processo de estatização que iremos abordar nos próximos pontos.

4 - O jornal *Notícias* e as eleições para a Assembleia Nacional de 1945

A vitória das democracias na Segunda Guerra Mundial “obrigou” Salazar a operar algumas mudanças no seu regime, de forma a torná-lo mais consentâneo com o novo quadro político internacional. Assim, para legitimar a continuidade do Estado Novo, Salazar abandonou as referências explícitas ao autoritarismo, redimensionou os aspectos propriamente fascistas do regime, refreou temporariamente a repressão e a censura e consentiu o aparecimento de uma oposição eleitoral, o Movimento de Unidade Democrática (MUD). Essa abertura política da ditadura, ainda que limitada, foi extensiva aos territórios do Império Colonial, sobretudo a Angola e a Moçambique, colônias onde viviam significativas comunidades de colonos brancos. Por sua vez, a oposição democrática também se organizou no espaço colonial, constituindo-se em comissões de candidatura quando dos escrutínios para a

Assembleia Nacional e para a Presidência da República (PIMENTA, 2010, p. 79-85; LEMOS, 2018).

Claramente, a imprensa – metropolitana e colonial – se beneficiou da abertura política da ditadura salazarista, assistindo-se a um relaxamento temporário do aparelho censório. A esse respeito, podemos dizer que a imprensa moçambicana conheceu um certo grau de “liberdade de expressão”, em especial durante o ano de 1945. Isso mesmo fica patente no editorial do jornal *Notícias* de 8 de maio de 1945. Nesse dia, o *Notícias* deu à estampa uma edição especial dedicada à vitória das potências aliadas na Segunda Guerra Mundial. Vitória essa que comemorou efusivamente, augurando, em tom grandiloquente, uma era de “Paz, Liberdade, Justiça, Abundância e Progresso”. Para além disso, o *Notícias* deu amplo espaço aos artigos de opinião e outros escritos de conhecidos opositores ao Estado Novo, nomeadamente o democrata Alexandre Sobral de Campos. Aliás, Sobral de Campos usou as páginas desse periódico para proceder à mobilização política da população moçambicana, escrevendo artigos sobre as eleições e as liberdades democráticas. Destacam-se, nesse âmbito, os artigos “Eleições” (de 3 de outubro), “Liberdades Essenciais” (de 10 de outubro) e “Liberdade de imprensa” (de 12 de outubro).

Nesse contexto, as autoridades coloniais portuguesas permitiram à oposição democrática desenvolver as suas atividades políticas em Moçambique, em especial durante a campanha para as eleições para a Assembleia Nacional de novembro de 1945. Nessas eleições, os democratas moçambicanos, na sua maioria brancos e mestiços, movimentaram-se publicamente no sentido de constituírem uma comissão eleitoral no quadro do Movimento de Unidade Democrática (MUD). Assim, no dia 8 de outubro de 1945, a oposição entregou um requerimento ao Governador-Geral pedindo um esclarecimento sobre a existência ou não de “liberdade política”, nomeadamente se estavam garantidas “a liberdade de reunião e a de livre expressão de pensamento pela imprensa e pela rádio a todos os cidadãos, sem distinção de raças, ideias políticas ou crenças religiosas” (NOTÍCIAS, n. 5.912, 13 out. 1945, p. 1; NOTÍCIAS, n. 5.919, 22 out. 1945, p. 1).

Simultaneamente, o *Notícias* foi dando ampla cobertura a todas as atividades dos democratas moçambicanos, em particular à reunião oposicionista de 20 de outubro de 1945, em Lourenço Marques, no salão do Ateneu Grego. Essa reunião envolveu cerca de mil pessoas, entre as quais várias mulheres. *Notícias* concedeu-lhe a totalidade da primeira página de 22 de outubro de 1945.

Mas toda a campanha eleitoral da oposição, tanto na capital da colônia como nas demais cidades, foi acompanhada ao pormenor pelo jornal *Notícias*, sendo transcritas as críticas, comunicados e propostas dos oposicionistas, não havendo vestígios de atividade censória. De referir que a União Nacional não realizou campanha na colônia, limitando-se a apresentar uma lista com os candidatos.

No entanto, a ausência de garantias por parte do governo relativamente à democraticidade do escrutínio levou o MUD a optar pela não participação no ato eleitoral. A oposição democrática tomou então posição a favor da abstenção, como forma de denunciar o caráter não democrático ou até mesmo fraudulento das eleições. Essa decisão, tomada pelas chefias do movimento oposicionista na metrópole, foi seguida nos territórios coloniais, inclusive em Moçambique. Os democratas moçambicanos desistiram, assim, de apresentar uma lista ao escrutínio, ainda que tivessem prosseguido as suas atividades de propaganda eleitoral até a data das eleições.

Por outro lado, terminado o período dedicado à campanha eleitoral, a censura atuou no sentido de refrear – pelo menos em parte – as atividades da oposição em Moçambique. Aos oposicionistas (como por exemplo Alexandre Sobral de Campos) foi permitida a continuação de uma significativa intervenção na imprensa, na qualidade de publicistas, mas os artigos publicados por esses democratas passaram a versar sobre a situação política internacional, não lhes sendo consentido escrever sobre a política nacional. Essa atividade moderada da censura manteve-se ao longo de 1946, de 1947 e de 1948.

Dito isso, não temos conhecimento da existência de prisões ou de outro tipo de retorsões em relação à oposição democrática no período imediatamente após as eleições de novembro de 1945. Essa “brandura” do regime para com a oposição na colônia pode estar relacionada com o fato de o Estado Novo não querer abrir uma brecha no relacionamento com a comunidade branca, pois isso resultaria num enfraquecimento da autoridade portuguesa perante a maioria colonizada. Para a administração portuguesa, a existência de uma oposição eleitoral ao regime salazarista não constituía em si um problema, desde que essa estivesse devidamente controlada e, sobretudo, desde que não colocasse em causa a continuidade da soberania portuguesa em Moçambique.

Ora, durante a campanha eleitoral a oposição nunca colocou em causa a dominação colonial portuguesa em Moçambique, nem sequer discutiu as inúmeras problemáticas decorrentes de uma administração ineficiente e incapaz de promover o desenvolvimento

econômico e social do território; tampouco denunciou a exploração da mão de obra barata africana e os problemas que afetavam a população indígena. Isso porque, pelo menos por enquanto, a maioria dos democratas movia-se politicamente num contexto de oposição ao salazarismo, mas não de ruptura com o colonialismo português. Fato que poderia eventualmente explicar uma certa “tolerância” das autoridades coloniais para com a oposição.

5 - O jornal *Notícias* e as eleições presidenciais de 1949

Tudo isso se modificou durante a campanha para as eleições para a Presidência da República de fevereiro de 1949, da qual participaram o Marechal Carmona, pelo regime, e o General Norton de Matos, pela oposição à ditadura (PAULO, 2010). Em Moçambique, a candidatura de Norton de Matos teve um amplo destaque na imprensa. Norton de Matos era considerado “um patriota dos mais firmes e decididos” e um defensor da continuação da presença colonial portuguesa na África. Tinha por isso o respeito da generalidade dos colonos, mesmo dos setores mais conservadores e próximos do regime (NOTÍCIAS, n. 6.870, 17 dez. 1948, p. 1).

A campanha eleitoral teve início a 5 de janeiro de 1949 com um comunicado da Comissão Central dos Serviços de Candidatura da Colônia de Moçambique de apoio a Norton de Matos. A Comissão era composta por António Sousa Neves, Filipe Ferreira, João António de Carvalho, José Santa Rita e Maria Sofia Pomba Guerra. Nesse comunicado, essa Comissão apelou a todos os “democratas e portugueses residentes em Moçambique” para que apoiassem o “grande colonialista e homem público senhor General Norton de Matos, organizando em sua volta um amplo movimento de Unidade Nacional” (NOTÍCIAS, n. 6.887, 5 jan. 1949, p. 1). No dia seguinte, *Notícias* publicou um telegrama do General Norton de Matos de saudações à população de Moçambique. E a 7 de janeiro a Comissão de Candidatura de Norton de Matos em Moçambique exigiu: a) abolição da censura à imprensa; b) liberdade de reunião e de expressão; c) o acesso da oposição aos cadernos eleitorais; d) a participação dos democratas nas mesas eleitorais e na fiscalização das urnas (NOTÍCIAS, n. 6.889, 7 jan. 1949, p. 3). Em resposta, o Governador-Geral refutou publicamente as acusações dos democratas, nomeadamente a existência de censura à propaganda da oposição (NOTÍCIAS, n. 6.894, 12 jan. 1949, p. 1). Efetivamente, a oposição parecia mover-se com grande liberdade na colônia,

usando as páginas do *Notícias* para divulgar a sua propaganda política.

Por outro lado, foi notória uma certa radicalização do discurso político da oposição democrática em Moçambique. A esse respeito, no jornal *Notícias* sucediam-se os artigos favoráveis ao candidato da oposição, sendo especialmente contundentes os de Sofia Pomba Guerra. Por exemplo, no artigo “O movimento da Oposição está em marcha”, publicado em 14 de janeiro de 1949, Sofia fez uma denúncia veemente da ditadura salazarista, com alusões a Mussolini e a Hitler, ao mesmo tempo que manifestou a sua crença na vitória da democracia em Portugal (NOTÍCIAS, n. 6.896, 14 jan. 1949, p. 1)⁷.

Notícias deu também ampla cobertura à primeira sessão da oposição que teve lugar no Teatro Manuel Rodrigues, em 20 de janeiro de 1949. Com a sala completamente cheia e perante uma assistência composta por brancos e alguns mestiços, Sobral de Campos leu um telegrama de saudação de Norton de Matos (NOTÍCIAS, n. 6.899, 17 jan. 1949, p. 1; NOTÍCIAS, n. 6.904, 22 jan. 1949, p. 1). Mas foi o discurso de Sofia Pomba Guerra que provocou maior entusiasmo entre a assistência. Ela denunciou as difíceis condições de vida da maioria dos portugueses, em especial dos trabalhadores rurais e das mulheres. No caso específico de Moçambique, analisou a situação do comércio e da indústria na colônia, denunciando os problemas que afetavam a população no seu conjunto. Por fim, focou a questão da subalternidade da população indígena africana, realçando que, em 5 milhões de negros, só 1.800 tinham acedido ao direito de cidadania. E, de forma desassomburada, afirmou:

A vida do indígena moçambicano pode descrever-se, então, com trágica simplicidade e em bem poucas palavras: ignorância, pobreza e doença, ou até numa palavra só: miséria. (NOTÍCIAS, n. 6.906, 24 jan. 1949, p. 1 e 4)

No fim do discurso, a sala a aplaudiu de pé. A intervenção de Sofia Pomba Guerra refletia a transformação operada no posicionamento dos democratas moçambicanos relativamente à ditadura colonial de Salazar. E, pela primeira vez, a

⁷ De referir que em outubro de 2018 foi realizada uma homenagem a Sofia Pomba Guerra na Casa do Alentejo em Lisboa. E, em 30 de novembro de 2018, decorreu na Faculdade de Letras da Universidade do Porto a 4.ª Conferência CEAUP, intitulada “Sofia Pomba Guerra: uma antifascista portuguesa na luta anti-colonial”, por Carlos Lopes Pereira e Luís Carvalho.

oposição focou publicamente e de forma crítica a situação de subalternidade econômica, social e política da população indígena, responsabilizando por esse fato a governação salazarista. Ora, se é verdade que nem todos os opositoristas estariam preparados para assumir essa posição, o fato é que pelo menos uma componente, a que podemos chamar mais “radical”, passou a afrontar criticamente a política colonial do Estado Português, nomeadamente no que dizia respeito à situação da população indígena (MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS, 1926; PIMENTA, 2019b, p. 154-168). A oposição tocava, assim, num dos fundamentos da dominação portuguesa, colocando a nu quer a discriminação de que era vítima a maioria negra, quer o fracasso da política de assimilação.

Paralelamente, na imprensa, a Juventude Democrática de Moçambique (organização nascida em ligação ao MUD) denunciou de forma veemente a subalternização dos interesses da colônia a favor da metrópole, tendo para o efeito publicado uma “Carta aberta aos jovens de Moçambique”. Esse documento criticou severamente a atividade monopolista da metrópole, contrária ao desenvolvimento de Moçambique, e defendeu acerrimamente a democracia e a liberdade (NOTÍCIAS, n. 6.907, 25 jan. 1949, p. 1). Tornava-se clara a assunção de uma postura crítica por parte de alguns democratas em relação às estruturas de dominação colonial. Como tal, esses democratas deixaram de se mover num contexto de mera oposição à ditadura salazarista, para assumir uma posição de declarado contraste às iniquidades do colonialismo português em Moçambique. Porventura, podemos ver aqui o despontar de uma imberbe consciência nacionalista (PIMENTA, 2012, p. 65-91; MONDLANE, 1993).

No entanto, as autoridades coloniais não ficaram indiferentes a essa alteração do discurso por parte da oposição democrática relativamente a 1945. Assim, o discurso de Sofia Pomba Guerra provocou uma forte reação por parte do regime. Como tal, muito embora o Governo Geral tivesse permitido a realização de outras sessões da oposição, o fato é que a censura começou a restringir a publicação de notícias sobre a campanha democrática, impedindo a reprodução de grande parte dos discursos dos líderes democráticos. Tal como é conhecido, Norton de Matos acabou por retirar a sua candidatura pouco antes do escrutínio devido à ausência de condições e de garantias quanto à democraticidade do ato eleitoral. Como tal, o Marechal Carmona foi reeleito, sem oposição, para o seu derradeiro mandato como Presidente da República (FARIA, 2006; PAULO, 2010).

As eleições presidenciais de 1949 foram seguidas por um período de acentuada repressão política e policial sobre a oposição. De fato, o Governo Geral decidiu atuar com particular veemência contra a oposição, tendo lançado uma vasta operação de detenção dos mais proeminentes oposicionistas. As prisões aconteceram em setembro de 1949, pouco antes das eleições para a Assembleia Nacional, marcadas para 13 de novembro de 1949, tendo suscitado uma forte apreensão no seio da população branca. Foram presos vários intelectuais moçambicanos, na sua maioria brancos e mestiços, entre os quais: Rui Knofli, Ricardo Rangel, João Mendes, bem como o advogado Henrique Beirão e a sua datilógrafa, o engenheiro Norberto Sobral de Campos e a farmacêutica Sofia Pomba Guerra. Vários desses democratas foram deportados para Portugal e julgados em Tribunal Plenário em 1950 (NOTÍCIAS, n. 7.159, 9 out. 1949, p. 1; PIMENTA, 2019a).

Claramente, essas prisões e, de forma geral, a repressão desestruturaram o movimento oposicionista na colônia. Durante anos a oposição não tornou a “levantar a cabeça”, nem sequer nos períodos eleitorais. Por sua vez, a censura apertou o seu controle sobre a imprensa, obrigando ao afastamento de alguns publicistas do campo democrático. Nesse sentido, o jornal *Notícias* perdeu – pelo menos temporariamente – conteúdo político e deixou de contar com a colaboração de alguns elementos da oposição, em especial de Alexandre Sobral de Campos (NOTÍCIAS, n. 7.859, 26 jun. 1951, p. 1).

6 - O jornal *Notícias* e as eleições presidenciais de 1958

A partir de 1957 assistiu-se de novo a um recrudescimento da atividade oposicionista em Moçambique, sendo bastante relevante o papel desempenhado pelo jornal *Notícias*. Assim, na campanha para as eleições para a Assembleia Nacional de 3 de novembro de 1957, o *Notícias* teceu críticas veementes à governação salazarista, denunciando os erros cometidos pela administração colonial, nomeadamente a “ausência de infraestruturas básicas em Moçambique”, dando como exemplo a falta de água potável em Quelimane. *Notícias* criticou também a não existência de ensino universitário na África Portuguesa, em especial em Moçambique, reivindicando a sua criação o mais depressa possível (NOTÍCIAS, n. 10.065, 12 out. 1957, p.

1). E afirmou que “havia pessoas que não estavam à altura dos cargos que ocupavam”, numa clara alusão à má gestão de alguns responsáveis pela administração colonial (NOTÍCIAS, n. 10.085, 1º nov. 1957, p. 1).

No fundo, o jornal fazia eco do mal-estar político existente no seio da sociedade colonial moçambicana. Mal-estar motivado pelas ineficiências da governação portuguesa, pelos entraves ao desenvolvimento econômico e social da colônia, pela ausência de liberdade e de democracia, pela repressão política etc. Paralelamente, em 31 de outubro de 1957, *Notícias* publicou na íntegra um “manifesto” do opositorista metropolitano Cunha Leal, no qual se propunha a instituição de um “sistema federal ou confederal” para o Ultramar Português.

As críticas ao regime salazarista continuaram em 1958. De resto, as eleições presidenciais de 1958 foram antecedidas pela publicação de dois artigos de profunda crítica à governação por parte de Manuel Simões Vaz. No primeiro desses artigos, intitulado “A Tripeça”, Manuel Simões Vaz afirmou categoricamente que o desenvolvimento do Ultramar “tem sido lento, cheio de falhas, de incompreensões e de fracassos”, responsabilizando por isso a política prosseguida nos últimos anos pelo governo português. Manuel Simões Vaz classificou essa política de “erro gravíssimo”, pois partia de “princípios inaplicáveis, de ideias falsas, de conceitos errados”. Por isso, considerava imperiosa uma mudança de política para que o “Ultramar português se desenvolva e prospere em pouco tempo, acompanhando assim o ritmo em que os territórios circunvizinhos estão progredindo”. Manuel Simões Vaz deixava o alerta: “se não se arrear caminho e depressa, em breve estaremos caídos num beco sem saída” (NOTÍCIAS, n. 10.264, 7 mai. 1958, p. 1).

Mas que “caminho” seria esse? O diretor do principal periódico moçambicano não tinha dúvidas: a autonomia da colônia, pelo menos no campo econômico e financeiro. E, num tom acusatório, denunciou o caráter pernicioso e incompetente do centralismo de Lisboa. A título de exemplo, Manuel Simões Vaz referia a excessiva carga fiscal, em especial a sisa, que recaía sobre a população da colônia “como se houvesse a intenção de esmagar, de aniquilar todas as actividades de Moçambique e reduzir à miséria todos os que aqui vivem e trabalham”. Por isso, era muito forte o descontentamento da população em relação à governação; um descontentamento acumulado, reprimido, mas prestes a rebentar. Daí o desabafo do velho colono: “é tanto o que conservamos, desde longos anos,

acumulado e represado dentro de nós...”. E Manuel Simões Vaz não falava só por si, mas pela Província de Moçambique, ou melhor, pelo conjunto dos colonos, tal como bem especificou: “Quando dizemos a Província de Moçambique queremos dizer a sua seiva, a seiva constituída por aqueles que aqui labutam, que aqui empregam o seu esforço e os seus dinheiros, que aqui têm trabalho permanente com que ocorrem à manutenção das suas famílias.” (NOTÍCIAS, n. 10.264, 7 mai. 1958, p. 7)⁸

Os artigos de Manuel Simões Vaz prepararam politicamente o terreno para a campanha eleitoral da oposição democrática. A esse respeito, *Notícias* mostrou-se “inteiramente aberto” à publicação da propaganda da oposição, dando grande destaque à candidatura independente de Humberto Delgado. Logo a 9 de maio de 1958, o jornal noticiou, em primeira página, a “Proclamação do General Humberto Delgado a todos os portugueses da Metrópole e do Ultramar”, publicando também uma circular dessa mesma candidatura, elaborada no Porto e enviada a um conjunto lato de órgãos de imprensa (NOTÍCIAS, n. 10.266, 9 mai. 1958, p. 1 e 14). E, a 11 de maio, *Notícias* divulgou de forma entusiástica as declarações e promessas feitas por Humberto Delgado relativamente à democratização do país e à demissão de Salazar (NOTÍCIAS, n. 10.268, 11 mai. 1958, p. 1).

A partir de 13 de maio de 1958, *Notícias* criou uma rubrica denominada *Pontos de Vista*, que permitia a expressão de opiniões contraditórias, uma favorável à candidatura de Américo Tomaz e a outra a favor dos candidatos da oposição, ou seja, Humberto Delgado e Arlindo Vicente, esse último apoiado pelos setores mais à esquerda da oposição (DELGADO, 1998; SANTOS, 2009). Foram assim entrevistadas várias figuras ligadas à política local, tanto da situação como da oposição. Essa rubrica permitiu um verdadeiro confronto de ideias, algo inédito na imprensa da colônia. Entre os entrevistados, merece especial destaque o advogado opositor José Santa Rita, que defendeu alterações profundas na política colonial no sentido de uma maior descentralização administrativa, reforço dos poderes dos órgãos administrativos provinciais e, porventura, uma restauração do regime dos Altos-Comissariados da Primeira República. Santa Rita criticou ainda o excessivo proibicionismo da governação salazarista, responsável pelo

⁸ Manuel Vaz prosseguiu a sua crítica à gestão colonial portuguesa, em especial no campo da política fiscal, em “A Tripeça II”, publicado dois dias depois, a 9 de maio de 1958. (NOTÍCIAS, n. 10.266, 9 mai. 1958, p. 1)

“atrofiamento da economia moçambicana” (NOTÍCIAS, n. 10.278, 21 mai. 1958, p. 1 e 7)⁹.

Notícias acompanhou de forma meticulosa a atividade da comissão de candidatura de Humberto Delgado em Moçambique, noticiando a realização de várias sessões de propaganda, algumas com muitas centenas de participantes, e reproduzindo os discursos dos principais líderes da nova geração de oposicionistas na colônia, entre os quais o advogado Almeida Santos. Vale a pena acompanhar de forma pormenorizada a campanha oposicionista, de modo a perceber o grau de “envolvimento” da imprensa no processo eleitoral, pois, através de uma ampla cobertura jornalística, a imprensa contribuiu para a erosão da base de apoio do regime da colônia. Vejamos.

Desde logo, importa referir que, contrariamente ao que aconteceu em 1949, não houve lugar para a constituição de uma comissão central da oposição na colônia, mas sim para a formação de diferentes comissões oposicionistas autônomas entre si. Assim, foi na cidade da Beira que a oposição primeiramente se organizou, com a criação de uma “Comissão de Propaganda Eleitoral de Apoio à Candidatura do Gen. Humberto Delgado em Manica e Sofala”. Com sede no gabinete do Doutor Marcial Ermitão, essa comissão era formada por Ribeiro Alegre, Doutor Ovídio Cordeiro, Doutor Marcial Ermitão, Engenheiro Vitor Rodrigues Patrício, agente técnico de engenharia Ernesto Ruy d’Espiney, guarda-livros Manuel José Marques e solicitador Dinis Anacleto Fernandes (NOTÍCIAS, n. 10.274, 17 mai. 1958, p. 16). Muito ativa durante toda a campanha eleitoral, essa comissão realizou várias sessões de propaganda na cidade da Beira e noutras localidades do distrito, entre as quais Vila Pery, Dondo, Gondola, Manga e Inhaminga.

Foram particularmente concorridas as sessões efetuadas no Teatro São Jorge, na Beira, nos dias 23 e 30 de maio de 1958. Nessa última sessão estiveram presentes várias figuras gradas do distrito, em especial o Doutor Marcial Ermitão, Engenheiro Madeira da Silva, Doutor Andrade e Silva, Doutor Ferreira de Almeida, Doutor Carneiro Allen, Arquitecto Sampaio, Francisco Barreto, Ireneu Fernandes e Senhorinha D’Espiney. Foram oradores o Doutor Manuel Coutinho, Anacleto Fernandes e Doutor José Santa Rita, esse último vindo expressamente para o efeito da capital da colônia

⁹ De referir que essa relativa liberdade de expressão na imprensa pode ter sido proporcionada pela ausência do Governador-Geral de Moçambique, Comandante Gabriel Teixeira, que regressou à colônia somente no dia 30 de maio de 1958. Essa ausência pode ter contribuído para um afrouxamento da censura.

(NOTÍCIAS, n. 10.288, 31 mai. 1958, p. 14). Uma última sessão, feita nas vésperas do ato eleitoral, focou assuntos relacionados à economia moçambicana, em particular a questão do algodão, que constituía uma das principais produções do território. E, durante a reunião, foram dirigidas palavras aos “conterrâneos indo-portugueses”, sinal de que a comissão oposicionista procurava mobilizar politicamente não só a população branca, mas também a minoria de origem indiana (NOTÍCIAS, n. 10.293, 5 jun. 1958, p. 1).

Com um pequeno atraso em relação à Beira, a oposição organizou-se na capital moçambicana numa “Comissão de Apoio ao General Humberto Delgado em Lourenço Marques”. Essa comissão era constituída pelo Doutor Alexandre Sobral de Campos, advogado e escritor, Manuel Alves Cardiga, comerciante, industrial e proprietário, Doutor Neves Anacleto, advogado, Américo Galamba, comerciante, Doutor Henrique Soares de Melo, advogado, Doutor José Santa Rita, advogado, António Simões Figueiredo, bancário, Doutor António de Almeida Santos, advogado (NOTÍCIAS, n. 10.275, 18 mai. 1958, p. 22). A comissão laurentina operou fundamentalmente ao nível do distrito de Lourenço Marques, tendo levado a cabo várias sessões de propaganda no Teatro Manuel Rodrigues.

Teve especial significado político a sessão realizada no dia 26 de maio de 1958. Uma multidão encheu a sala, adornada com bandeiras nacionais e o busto da República, naquilo que foi classificado pela imprensa de “espetáculo extraordinário”. Gente de todas as classes sociais e de diferentes gerações, sobretudo brancos e (alguns) mestiços, aplaudiram de pé os membros da comissão oposicionista, gerando um “ambiente vibrante”. A sessão foi aberta por Sobral de Campos, sendo oradores Soares de Melo, Manuel Alves Cardiga, Neves Anacleto, António Simões de Figueiredo e José Santa Rita. A sessão foi encerrada por Almeida Santos, “a quem a multidão de pé, e num verdadeiro delírio, dispensou uma extraordinária ovação, bem demonstrativa da enorme simpatia que aquele bem conhecido e jovem advogado goza entre a população cidadina” (NOTÍCIAS, n. 10.284, 27 mai. 1958, p. 1 e 11). Natural da metrópole, Almeida Santos foi efetivamente um dos oposicionistas que mais se evidenciaram durante a campanha eleitoral. Todos os oradores criticaram severamente o regime salazarista, mas as intervenções de Alves Cardiga e Simões de Figueiredo foram particularmente incisivas quanto à realidade moçambicana. Vejamos.

Alves Cardiga, velho colono, procedeu à análise da “posição da Metrópole perante o Ultramar”, tendo salientado as deficiências da administração colonial em Moçambique e a subordinação das aspirações e dos direitos da população moçambicana aos interesses econômicos da burguesia metropolitana. Depois apresentou um conjunto de reivindicações, de índole política, econômica e social, nomeadamente o:

Estabelecimento de mais ampla autonomia administrativa e financeira para o Governo da Província, libertando-a das constantes interferências do Ministério do Ultramar em assuntos que só à Província interessam e ela pode e deve resolver com urgência.

Alves Cardiga reivindicou também “o direito de eleger por sufrágio directo os representantes do Conselho do Governo, Câmara Municipal e representantes à Assembleia Nacional”, e exigiu que os orçamentos gerais da colônia fossem elaborados, discutidos e aprovados em Moçambique. Reclamou ainda uma diminuição da carga fiscal que gravava sobre a população e que fosse assegurada aos naturais da colônia “a ocupação dos lugares públicos e outros, cessando a prática da Mãe-Pátria se sobrepor no seu preenchimento, enviando-nos os seus excessos populacionais acompanhados dos seus dilectos protegidos e afilhados”. Além disso, exigiu do governo a garantia de que nenhuma parte do território moçambicano, administração ou caminhos de ferro voltasse a ser concedida a qualquer companhia ou sociedade privada, respeitando-se a vontade da população “que lutou pelo resgate do que outrora foi estrangeiro e foi entregue nas mãos do Estado Português”. E, ao terminar o seu discurso, frisou:

[...] desejo esclarecer que, sendo bem contrário a doutrinas separatistas ou movimento de independência, não deixarei de verberar neste momento propício que constitui falta grave o alheamento a que a Mãe?-Pátria nos tem votado. Em vez de ânimo e carinho, tem-se ocupado antes na forma de nos impor à força e por amedrontamento um sistema odioso, causador de dor e sofrimento, de lágrimas e perseguições.

Alves Cardiga exprimia assim o seu desencanto perante a administração portuguesa da colônia e, embora não se colocasse numa posição de ruptura com a metrópole, a sua referência a “doutrinas separatistas ou movimento de independência” constituía um sinal de que algumas frações da população branca

não descartariam a hipótese da secessão como solução para os problemas de Moçambique. Mas, pelo menos por enquanto, para Alves Cardiga essa solução passava pela concessão de uma “ampla autonomia administrativa e financeira” (NOTÍCIAS, n. 10.284, 27 mai. 1958, p. 11).

Por sua vez, António Simões de Figueiredo sublinhou as dificuldades e os entraves ao progresso da colonização demográfica do território moçambicano, devido à má administração dos recursos e ao atraso técnico da política de colonização, sobretudo quando comparado com os países vizinhos (União Sul-Africana e Federação da África Central), bem como a aposta limitada na “agricultura europeia”. Depois frisou a “indigência social” da maioria da população indígena, bem patente numa taxa de analfabetismo superior a 98%. Esse último ponto é de extrema relevância, porque as condições de vida dos indígenas raramente eram objeto de discussão pública por parte da oposição. E, embora de forma muito menos enérgica do que Sofia Pomba Guerra em 1949, Simões de Figueiredo denunciou em poucas palavras a situação de subalternidade e de pobreza da população indígena de Moçambique (NOTÍCIAS, n. 10.284, 27 mai. 1958, p. 11).

A campanha eleitoral da oposição continuou com outras sessões e iniciativas de propaganda política, inclusive em Nampula, onde se constituiu uma “Comissão Distrital do Distrito de Moçambique” de apoio à candidatura de Humberto Delgado. Essa comissão era constituída por Pedro Cortesão Casimiro, médico, Willem Pott, advogado, Júlio Simões Subtil, proprietário, Tomás Pereira, industrial, Manuel Rocha, Francisco Marinho Silva e António Gil Clemente, comerciantes (NOTÍCIAS, n. 10.287, 30 mai. 1958, p. 14). A 2 de junho de 1958, “uma multidão vibrante de entusiasmo aclamou o General Humberto Delgado” noutra sessão oposicionista realizada no Teatro Manuel Rodrigues, em Lourenço Marques. A sessão foi tão concorrida que centenas de pessoas não puderam entrar na sala, tendo permanecido no átrio e em frente ao teatro. Foram oradores o Doutor Paulo Heitor de Oliveira, Dona Maria da Luz Costa, Noronha Marques e Doutor Almeida Santos. Entre os assuntos abordados, discutiu-se a necessidade de uma “reforma administrativa ultramarina” (NOTÍCIAS, n. 10.291, 3 jun. 1958, p. 1). Dias depois, milhares de pessoas afluíram à Quinta das Rosas, na Matola, para participar da última sessão de propaganda de candidatura de Humberto Delgado. Foram então oradores Manuel Alves Cardiga, Doutor Daniel Sousa, Doutor Adrião Rodrigues, Doutor Sérgio Espadas, Atílio Martins e Rómulo Silva. Foi uma clara

demonstração de força da oposição, com forte impacto na imprensa (NOTÍCIAS, n. 10.293, 5 jun. 1958, p. 1).

A resposta da União Nacional à campanha oposicionista foi relativamente fraca. Muito embora tivesse realizado algumas sessões de propaganda eleitoral, a União Nacional não logrou mobilizar o eleitorado. Para tal contribuiu certamente o “cansaço” da população relativamente ao regime. A imprensa refletia, aliás, esse mesmo “cansaço”, expresso em múltiplas queixas contra a administração colonial. De fato, a imprensa fez-se porta-voz das queixas dos colonos acerca das políticas autoritárias impostas pelo regime salazarista em Moçambique, entre as quais a existência de “europeus de 2.^a classe”, por oposição aos metropolitanos, referidos como “portugueses de 1.^a classe”, sendo disso exemplo a discriminação laboral de que eram vítimas os brancos naturais da colônia no acesso à função pública (NOTÍCIAS, n. 10.292, 4 jun. 1958, p. 9).

Tal como previsto, o sufrágio decorreu no dia 8 de junho de 1958. A nível nacional, Américo Tomaz venceu com 52% dos votos, contra apenas 17% para Humberto Delgado¹⁰, mas a oposição denunciou a existência de fraude eleitoral por parte do regime. Em Moçambique, Humberto Delgado venceu em 21 das secções eleitorais, nomeadamente na Matola, em Vila João Belo, Malvêrnia, Xinavane, Inhambane, em todas as secções da Beira, Vila Pery, Gondola, Dondo, Vila de Sena, Inhaminga, Tete, Quelimane, Nampula, cidade de Moçambique, Mossuril, Ribaué e Iapala. No total, obteve 6.119 votos, ou seja, 34,2% dos sufrágios. Ao invés, Américo Tomaz ganhou em 88 secções eleitorais, entre as quais Lourenço Marques, tendo obtido 11.755 votos, ou seja, 65,8%. Foram contabilizados 17.874 votos válidos, portanto, uma fracção ínfima da população moçambicana.

Para além disso, o Cônsul Geral Britânico em Lourenço Marques teve informações seguras, por parte do seu congênere sul-africano, de que os resultados na capital moçambicana teriam sido falsificados (PRO, FO 371/131635, *Internal Political Situation in Portuguese Africa*, 1958). Isto é, as eleições teriam sido fraudulentas e, muito provavelmente, Humberto Delgado não só teria vencido em Lourenço Marques, como no conjunto da colônia. Fato que de resto não constituiria uma surpresa, tendo em conta quer o descontentamento da população relativamente à governação

¹⁰ Arlindo Vicente, o candidato mais à esquerda da oposição, tinha, no entanto, desistido a favor de Humberto Delgado, pelo que não foi a votos.

salazarista, quer a capacidade de mobilização política demonstrada pela oposição durante a campanha eleitoral.

Por outro lado, apesar da vitória oficial de Américo Tomaz, o triunfo de Humberto Delgado no distrito de Manica e Sofala e, muito especialmente, na sua capital, a Beira, a segunda cidade moçambicana, constituiu uma humilhação para o regime. Com efeito, Humberto Delgado obteve 59% dos sufrágios em Manica e Sofala. Isso significa que, na Beira, a oposição era suficientemente forte para inibir o regime de cometer fraude eleitoral. Assim, a vitória da oposição na Beira constituiu um sinal claro do descontentamento dos colonos em relação à ditadura salazarista, demonstrando o fraco consenso político do regime entre a população branca. E, contrariamente, ao que aconteceu em 1949, o regime não procedeu à prisão dos dirigentes oposicionistas. Doravante, passou a existir um grupo político de oposição organizado, ainda que não reconhecido legalmente, que atuou com a designação de Democratas de Moçambique até 1974 (PIMENTA, 2019a).

7 - O processo de estatização do *Notícias* na década de 1960

As eleições de 1958 demonstraram a importância da imprensa na mobilização do eleitorado oposicionista. A entusiástica cobertura jornalística da campanha eleitoral de Humberto Delgado denota que a imprensa moçambicana estava longe de ser controlada de forma eficaz pelo Estado Novo. Na verdade, a imprensa constituiu-se no veículo privilegiado de divulgação das ideias e críticas da oposição democrática, tornando-se um instrumento relevante para mobilização da opinião pública da colônia contra o regime salazarista. E essa posição não foi adotada unicamente pelo jornal *Notícias*. Na Beira, por exemplo, o *Diário de Moçambique*, propriedade da Diocese, teve um papel crucial na consciencialização política da população moçambicana, valendo nesse caso a posição contrária ao regime do primeiro bispo da Beira, D. Sebastião Soares de Resende (PIMENTA, 2019c, p. 239-260). Nesse contexto, tornava-se evidente que a censura, só por si, não era capaz de domesticar a imprensa da colônia. De resto, os quatro anos subsequentes às eleições confirmaram isso mesmo, com o surgimento de novos jornais “dominados” pelos meios oposicionistas – por exemplo, *A Tribuna*, fundado em 1962 – e até anticolonialistas, em especial *A Voz de Moçambique*, órgão da Associação dos Naturais de Moçambique, criado em 1959.

Em face disso, o Estado Novo gizou uma estratégia completamente diferente de “domesticação” – e controle – da imprensa moçambicana, que já não passava tanto pela promulgação de legislação especial, ou pelo reforço da censura, mas sim por via da aquisição dos principais periódicos de Moçambique. Essa operação de estatização da imprensa moçambicana foi realizada por intermédio do Banco Nacional Ultramarino, banco emissor da colônia, que gradualmente comprou os jornais dos respectivos proprietários. A esse respeito, é preciso ter em consideração que a publicação de um jornal implicava um esforço financeiro notável. Por isso mesmo, muitos títulos eram publicados apenas por alguns anos ou até poucos meses, não se tornando comportável a sua edição por muito tempo. Investir na imprensa tinha uma boa dose de risco, sobretudo num território onde a maioria da população era analfabeta, pelo que muitas das empresas que se constituíam para publicar um jornal rapidamente se endividavam ou davam em falência. E editar um jornal moderno, com uma cobertura jornalística nacional e até internacional, como era, por exemplo, a pretensão do *Notícias*, custava ainda mais caro, exigindo contínuos aumentos de capital. O Estado Novo aproveitou-se, assim, da fragilidade financeira da imprensa moçambicana para tomar conta dela, recorrendo aos instrumentos postos à sua disposição pela banca, nomeadamente ao Banco Nacional Ultramarino (BNU), que deu cobertura à operação de estatização da imprensa levada a cabo pelo regime.

O processo de estatização da imprensa moçambicana teve lugar entre 1963 (ano da aquisição de *A Tribuna*) e 1969, momento em que um grupo liderado por Jorge Jardim, um carismático líder político local e apoiante de Salazar, comprou a Companhia Editora de Moçambique, proprietária do *Diário de Moçambique*, para a Diocese da Beira. Essa última aquisição foi financiada pelo Banco Nacional Ultramarino. A estatização do *Notícias* foi feita de forma mais sutil e gradual. Em 1963, a Sociedade do *Notícias* Lda., proprietária formal desse periódico, passou a sociedade anônima, de forma a permitir a entrada de mais capital, indispensável à modernização e ampliação do jornal. Manuel Simões Vaz manteve-se temporariamente como o maior acionista, situação que depressa se modificou. De fato, um ano depois, em 1964, deu-se um novo aumento de capital para 10 mil contos (valores da época), assistindo-se à entrada de novos sócios. O “velho” capitão Manuel Simões Vaz perdeu assim o controle efetivo do *Notícias*, vindo, aliás, a retirar-se para a metrópole, por motivos de doença, onde faleceu. Em 1967

ocorreu um outro aumento de capital para 15 mil contos, tornando-se o seu maior acionista o Banco Nacional Ultramarino (ROCHA, 2000, p. 208-209).

Claramente, a estatização de boa parte da imprensa moçambicana teve efeitos profundos no posicionamento político de muitos periódicos que, até então, tinham assumido posições críticas em face do Estado Novo. Isso porque essa estatização levou à saída de jornalistas e diretores independentes ou conotados com a oposição democrática, sendo substituídos, em larga medida, por indivíduos afeitos à situação política, ou pelo menos desprovidos de sentido crítico em relação à ditadura. Por exemplo, o último conselho de administração – antes da revolução de 25 de abril de 1974 – da empresa proprietária do *Notícias* era presidido pelo General Carlos Alberto Barcelos do Nascimento e Silva, sendo diretor do periódico Avelino Correia da Silva de Araújo Dantas, figura afeita ao partido único do regime, a União Nacional (posteriormente denominada de Ação Nacional Popular).

Notícias continuou a ser o maior diário da colônia, mas perdeu grande parte da sua autonomia, bem como a sua capacidade de denunciar as deficiências da administração colonial, afastando-se claramente das posições assumidas pela oposição democrática (ROCHA, 2000, p. 209-210). De referir que, após o 25 de abril de 1974, *Notícias* passou rapidamente para as mãos de elementos favoráveis à Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), tornando-se um dos principais órgãos de difusão da propaganda política desse mesmo movimento nacionalista. Manteve a sua publicação depois da independência, sendo ainda hoje um dos principais periódicos moçambicanos, permanecendo próximo da Frelimo, partido que governa a República Popular de Moçambique desde 1975¹¹.

Conclusão

Tal como verificamos, a imprensa teve um papel fundamental na mobilização do eleitorado oposicionista em Moçambique. A evolução política do jornal *Notícias* demonstra que a imprensa colonial esteve longe de ser controlada de forma eficaz pelo Estado Novo, pelo menos até os finais da década de 1950. A esse

¹¹ Formalmente, o jornal *Notícias* é propriedade da Empresa Sociedades do Notícias (SN, S.A.). Trata-se de uma empresa privada participada pelo Estado Moçambicano, com personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

respeito, o *Notícias* foi um dos principais veículos de divulgação das ideias, das críticas e das denúncias da oposição democrática em Moçambique, desempenhando um papel muito significativo na mobilização da opinião pública contra o regime salazarista.

Muito embora o jornal em si não tivesse formalmente assumido um posicionamento contrário à ditadura, não se coibiu de criticar muitos aspectos da governação salazarista e, sobretudo, deu espaço à oposição para a publicação das suas ideias e propaganda política durante os períodos eleitorais, ou seja, nos momentos em que ocorria um relaxamento do aparelho censório. Por sua vez, a incapacidade do regime em assegurar o controle eficaz da imprensa por meio dos instrumentos repressivos tradicionais, nomeadamente através da censura, levou a ditadura a encetar uma estratégia de estatização dessa mesma imprensa, por via da aquisição dos principais periódicos moçambicanos através do Banco Nacional Ultramarino. Mas tudo isso revela a força, a garra e a pujança da imprensa moçambicana, que durante décadas lutou pela sua autonomia frente ao poder colonial, sendo disso exemplo o jornal *Notícias*, reflexo, aliás, de uma dimensão urbana altamente cosmopolita representada pela cidade de Lourenço Marques.

Referências

AZEVEDO, Cândido de. **A Censura de Salazar e Marcelo Caetano**. Lisboa: Caminho, 1999.

CAHEN, Michel (Org.). **Bourgs et Villes en Afrique Lusophone**. Paris: Harmattan, 1989.

CAPELA, José. **O Movimento Operário em Lourenço Marques, 1898-1927**. Porto: Edições Afrontamento, 1981.

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DA UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. **História de Moçambique**. Volume III - Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1993.

COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O FASCISMO. **A política de informação no regime fascista**. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1980.

DELGADO, Iva; PACHECO, Carlos; FARIA, Telmo (Orgs.). **Humberto Delgado**. As eleições de 58. Lisboa: Veja, 1998.

FARIA, Telmo. **Óscar Carmona**. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2006.

FONSECA, Isadora de Ataíde. **A imprensa e o império na África Portuguesa, 1842-1974**. Tese (Doutorado em Sociologia da Cultura), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

LEMOS, Mário Matos e. **1945 – Estado Novo e oposição: o Movimento de Unidade Democrática e o inquérito às suas listas**. Coimbra: Palimage, 2018.

LIMA, Alfredo Pereira de. **História dos caminhos-de-ferro de Moçambique**. 3 volumes. Lourenço Marques: Administração dos Portos, Caminhos-de-Ferro e Transportes de Moçambique, 1971.

LOBATO, Alexandre. **Lourenço Marques, Xilunguine**. Biografia da cidade. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970.

MENDES, Maria Clara. **Maputo antes da independência**. Geografia de uma cidade colonial. Lisboa: Memórias do Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985.

NEVES, Olga Iglésias. “Moçambique”. In: MARQUES, A. H. de Oliveira (Org.). **O Império Africano, 1890-1930**. Volume XI da Nova História da Expansão Portuguesa. Lisboa: Estampa, 2001, p. 469-584.

NEWITT, Malyn. **A History of Mozambique**. Londres: C. Hurst & Co., 1995.

PAULO, Heloísa; JANEIRO, Helena Pinto (Orgs.). **Norton de Matos e as eleições presidenciais de 1949**. 60 anos depois. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

PENVENNE, Jeanne Marie. **African Workers and Colonial Racism**. Mozambican Strategies and Struggles in Lourenço Marques, 1877-1962. London: James Currey, 1995.

PENVENNE, Jeanne Marie. João dos Santos Albasini (1876-1922): the contradictions of politics and identity in colonial Mozambique. **The Journal of African History**. Cambridge, v. 37, n. 3, 1996, p. 419-464.

PIMENTA, Fernando Tavares. **Portugal e o Século XX**. Estado-Império e Descolonização, 1890-1975. Porto: Afrontamento, 2010.

PIMENTA, Fernando Tavares. “Os Nacionalismos no Império: Angola e Moçambique”. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira (Org.). **O Império Colonial em Questão**. Lisboa: Edições 70, 2012, p. 65-91.

PIMENTA, Fernando Tavares. “Cidades Coloniais: formas de organização sócio-identitária na África Portuguesa (Luanda, Benguela, Lourenço Marques e Beira)”. In: AVELINO, Yvone Dias (Org.). **Tecituras das Cidades: História, Memória e Patrimônio**. São Paulo: Gramma, 2019a, p. 133-153.

PIMENTA, Fernando Tavares. “Corpos para trabalhar: a questão da mão-de-obra indígena (negra) na África Portuguesa”. In: MONTEIRO, M. E. Brea; CARNEIRO, M. L. Tucci (Orgs.). **O controle dos corpos e das mentes**. Estratégias de dominação dos regimes fascistas e autoritários. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019b, p. 154-168.

PIMENTA, Fernando Tavares. “A Igreja Católica e o Estado Novo na África Portuguesa”. In: FREIRE, Américo; MARTINHO, Francisco; VANNUCHI, Marco (Orgs.). **O que há de novo sobre o Estado Novo?** Autoritarismo e democracia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019c, p. 239-260.

ROCHA, Ilídio. **A maçonaria em Moçambique**. Maputo: CEDIMO/AIM, 1985.

ROCHA, Ilídio. **A imprensa de Moçambique**. História e catálogo (1854-1975). Lisboa: Livros do Brasil, 2000.

SANTOS, Miguel Dias. **Arlindo Vicente e a oposição**: as eleições presidenciais de 1958. Oliveira do Bairro: Câmara Municipal, 2009.

TELO, António José. **Lourenço Marques na política externa portuguesa, 1875-1900**. Lisboa: Cosmos, 1991.

ZAMPARONI, Valdemir. "Monhés, Baneanes, Chinas e Afro-maometanos. Colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940". In: CAHEN, Michel (Org.). **Lusophonies asiatiques, Asiatiques em lusophonies**. Paris: Karthala, 2000, p. 191-222.

Fontes arquivísticas

Public Record Office (Londres):

PRO, FO 371/131635, Internal Political Situation in Portuguese Africa, 1958.

Fontes impressas

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS. Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique. Decreto n.º 12.533, de 23 de outubro de 1926 [confirmado por Decreto n.º 16.473, de 6 de fevereiro de 1929]. In: Colectânea de Legislação Colonial. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1933.

PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE. Anuário da Província de Moçambique, 1952-1953. 38ª ed. Lourenço Marques: Tipografia Minerva Central, s/d.

Imprensa

NOTÍCIAS. Moçambique, n. 5.912, 13 out. 1945.

NOTÍCIAS. Moçambique, n. 5.919, 22 out. 1945.

NOTÍCIAS. Moçambique, n. 6.870, 17 dez. 1948.

NOTÍCIAS. Moçambique, n. 6.887, 5 jan. 1949.

NOTÍCIAS. Moçambique, n. 6.889, 7 jan. 1949.

NOTÍCIAS. Moçambique, n. 6.894, 12 jan. 1949.

NOTÍCIAS. Moçambique, n. 6.896, 14 jan. 1949.

NOTÍCIAS. Moçambique, n. 6.899, 17 jan. 1949.

NOTÍCIAS. Moçambique, n. 6.904, 22 jan. 1949.

- NOTÍCIAS. Moçambique, n. 6.907, 25 jan. 1949.
- NOTÍCIAS. Moçambique, n. 7.159, 9 out. 1949.
- NOTÍCIAS. Moçambique, n. 7.859, 26 jun. 1951.
- NOTÍCIAS. Moçambique, n. 10.065, 12 out. 1957.
- NOTÍCIAS. Moçambique, n. 10.085, 1º nov. 1957.
- NOTÍCIAS. Moçambique, n. 10.264, 7 mai. 1958.
- NOTÍCIAS. Moçambique, n. 10.266, 9 mai. 1958.
- NOTÍCIAS. Moçambique, n. 10.268, 11 mai. 1958.
- NOTÍCIAS. Moçambique, n. 10.274, 17 mai. 1958.
- NOTÍCIAS. Moçambique, n. 10.275, 18 mai. 1958.
- NOTÍCIAS. Moçambique, n. 10.278, 21 mai. 1958.
- NOTÍCIAS. Moçambique, n. 10.284, 27 mai. 1958.
- NOTÍCIAS. Moçambique, n. 10.287, 30 mai. 1958.
- NOTÍCIAS. Moçambique, n. 10.288, 31 mai. 1958.
- NOTÍCIAS. Moçambique, n. 10.291, 3 jun. 1958.
- NOTÍCIAS. Moçambique, n. 10.292, 4 jun. 1958.
- NOTÍCIAS. Moçambique, n. 10.293, 5 jun. 1958.